

I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial

Realização: FCRB · UFF/PPGCOM · UFF/LIHED

8 a 11 de novembro de 2004 · Casa de Rui Barbosa — Rio de Janeiro — Brasil

O texto apresentado no Seminário e aqui disponibilizado tem os direitos reservados. Seu uso está regido pela legislação de direitos autorais vigente no Brasil. Não pode ser reproduzido sem prévia autorização do autor.

***Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe: da sua circulação no mundo luso-brasileiro ao seu diálogo com o devir histórico¹**

Luiz Carlos Villalta (UFMG)

*[...] o romance se distingue de todos os outros gêneros literários, e talvez de todas as outras artes, pela sua capacidade não de reproduzir a realidade, como é costume pensar, mas da agitar a vida para lhe recriar sem cessar novas condições e redistribuir os seus elementos (Marthe Robert, *Romance das origens e origens do romance*, 1979, p. 25).*

Robinson Crusoe (*The Life and Strange Surprising Adventures of Robinson Crusoe*), de Daniel Defoe, publicado em 1719 e 1721, é o objeto central desta comunicação, que enfocará as “viagens” por ele propostas. Quero examinar como tal romance inseriu-se no contexto histórico de sua produção, analisando o diálogo que estabelece com as transformações históricas mais amplas que lhes eram coevas, mais precisamente as Luzes, o desenvolvimento do capitalismo, a ascensão da burguesia no interior de uma sociedade estamental e que cultivava as aparências, o colonialismo e o absolutismo. Tais transformações constituem, se não propriamente objeto desse romance, ao menos temas por ele abordado e em relação aos quais tomam uma posição. Trata-se, portanto, de uma tríplice viagem: viagem pelo espaço, viagem pelo mundo da ficção e viagem no devir histórico, tomando o romance como testemunho e como agente da história.

‘Robinson Crusoe’, o romance moderno e a circulação livreira no mundo luso-brasileiro ao final do período colonial

¹ Este artigo traz resultados parciais da pesquisa que desenvolvo no Projeto Temático *Caminhos do Romance no Brasil – séculos XVIII e XIX*, coordenado pela Prof^a. Márcia Abreu e financiado pela FAPESP. Agradeço à CAPES pela concessão de bolsa de estágio pós-doutoral em Lisboa em 2005.

A obra de Defoe², segundo alguns, é aquela que inaugurou o romance moderno, sendo um livro fundador, que arrastou o romance do século XIX “à busca de espaços desconhecidos e, para mais o influenci[ou] no mais íntimo da criação, na medida em que, caído precocemente no nível da literatura para crianças, se torn[ou] o guia e o instrutor dos futuros romancistas” (Robert 1979: p. 11 e p. 98). *Robinson Crusoe*, ademais, é visto como obra que traz estreitas ligações com as Luzes, o capitalismo, a ascensão da burguesia e o colonialismo, não sendo alheio também ao fortalecimento do poder monárquico.

Antes do surgimento do romance moderno, gênero relativamente recente, a prosa de ficção na Época Moderna, grosso modo, assentava-se no *romanesco*, que se caracterizava por trazer um conteúdo fantástico, fabuloso, por usar uma linguagem sublime e elevada, consagrando a intervenção dos deuses, focalizando príncipes e princesas e narrando acontecimentos absurdos e anti-naturais (Vasconcelos 2003, p. 15 e 25)³. As origens do romance moderno são motivos de controvérsias entre os

² Ao focalizar as práticas de leitura de *Robinson Crusoe*, cotejei duas edições do romance de Defoe – a inglesa, de 1983, organizada por J. Donald Crowley, e a portuguesa, com tradução de Henrique Leitão de Souza Mascarenhas, intitulada *Vida, e aventuras admiráveis de Robinson Crusoe, que contem a sua tornada à sua Ilha, as suas novas viagens, e as suas reflexões*, publicada pela Impressão de Aucobia e pela Oficina de Joaquim Thomaz de Aquino Bulhões, com a autorização do Desembargo do Paço, ao que tudo indica, em 1815. Neste artigo, focalizarei sobretudo, os dois primeiros volumes do livro, que correspondem a *The Life and Strange Surprising Adventures of Robinson Crusoe*, publicado originalmente em 1719 (ao que sucederam as publicações, meses depois, de *The farther Adventures*, e, já em 1720, *Serious Reflections during the Life and Surprising, Adventures of Robinson* (Watt 1997: p. 152).

³ Montesquieu, em *Cartas Persas*, faz Rica, um de seus personagens, de origem persa, discorrer sobre os romances na Europa e na Pérsia, bem como sobre os infortúnios de seus autores. Rica vai a uma biblioteca de um mosteiro, deparando-se na segunda visita com o que parece ser o padre-bibliotecário, o qual lhe faz uma apresentação bastante crítica dos vários tipos de livros, assim se pronunciando sobre os autores dos romances (ao que tudo indica, romanescos) e sobre esse gênero de obra; “Veja o senhor aqui os romances, cujos autores são uma espécie de poetas, que exageram igualmente a linguagem da razão e dos afetos, e passam a vida correndo após da natureza [sic] sem nunca a alcançar, sendo os seus heróis tão alheios dela como os dragões alados e os hipocentauros’. Li alguns dos vossos romances, lhe disse eu [(o personagem Rica, um persa)], mas, se o senhor visse os nossos, inda mais lhe repugnariam. São tão pouco naturais como os vossos, e em extremo embaraçados pelos nossos costumes: dez anos de paixão são precisos antes que um amante possa ver o rosto da sua dama, e os autores vêem-se obrigados a que passem os seus leitores por estes fastidiosos preliminares. Não sendo, pois, possível que haja variedade nos incidentes, recorrem a uma artifício pior que o mal que com ele pretendem remediar, e são os prodígios” (Montesquieu 1960: p. 240-1). Na Carta CXLI, Rica explica que uma dama da corte que gostava de poesia e ler novelas, pediu-lhe para que falasse sobre as mesmas, tendo ele enviado depois um conto persa, “História de Ibraim”, que ele anexa (Montesquieu 1960: p. 245-252). Arthur Tieje, debruçando-se sobre os livros de prosa de ficção produzidos entre 1579 e 1740, fez um esforço para classificá-los. Um dos tipos por ele identificado é o *romanesco*, que seria uma prosa de ficção longa cujo principal objetivo, freqüentemente não declarado, é deleitar o leitor, tendo uma estrutura unificada considerável, essencialmente fundada no amor e na aventura e, sobretudo, que empregava incidentes, personagens, mecanismos, montagem e estilo, satirizados insistentemente, tipo após tipo, como não verdadeiros na vida. Dividir-se-ia em: *romance de cavalaria*, *romance pastoril*, *romance alegórico*, *romance religioso*, *romance histórico-heróico*, *romance informativo-conversacional* e *romance satírico* (Tieje 1912: p. 403-404).

estudiosos. Enquanto alguns defendem que *D. Quixote* (1605), de Miguel de Cervantes, seria o primeiro representante do gênero, outros vêem as origens do *romance moderno* em *Robinson Crusoe* (1719), de Daniel Defoe. Os partidários da primeira posição tomam a modernidade como “o movimento de uma literatura que perpetuamente em busca de si própria, se interroga, se põe em causa, faz das suas dúvidas e da sua fé a respeito de sua própria mensagem o tema de suas narrações” (Robert 1979: p. 11) – e *D. Quixote*, de fato, satiriza os *romances de cavalaria*, narrativas escritas em língua vernácula que se centram na cavalaria, distanciam-se da realidade, são extensamente elaboradas e dentro das quais se via a prática do encantamento pela magia não-cristã, além de componentes amoroso-eróticos, com destaque para o amor dos cavaleiros por uma dama inalcançável; no século XVI, tinham cavaleiros andantes como seus protagonistas, heróis (Watt 1997: p. 66-69)⁴. Os defensores da idéia de que o romance moderno começa com a obra de Defoe associam a modernidade às “tendências da classe burguesa e mercantil saída da Revolução Inglesa”, isto é, tomam o romance como um “gênero burguês” (Robert 1979: p. 11)⁵. No contexto histórico dentro do qual o romance moderno teve sua ascensão, de fato, sobressaíam transformações econômicas e políticas: o capitalismo, o individualismo econômico (Watt 1996: pp. 55-56) e a emergência do Estado-nação (Moretti 2003: p. 27). O romance moderno constituiu-se como um instrumento de construção de uma percepção crítica e de intervenção nesse contexto de transformações.

O novo gênero distinguia-se pela maior acessibilidade de sua linguagem para um público mais amplo (Watt 1996: p. 72) e, sobretudo, por seu *realismo formal*, algo

⁴ Montesquieu, em *Do Espírito das Leis*, obra publicada em 1748, atacada por jesuítas e jansenistas e colocada no Index de 29 de novembro de 1751 (Viguerie 1995: p. 1209), discorre sobre os romances de cavalaria, apresentando suas características básicas. Esclarece que suas origens encontram-se nos duelos dos lombardos e, daí, na “crença em armas encantadas de alguns combatentes”, a qual deve “ter transtornado a cabeça de muita gente” (Montesquieu 2004: p. 549). O autor assim caracteriza tal gênero de obra: “Nos romances surgiram paladinos, necromantes, fadas, cavalos alados ou dotados de inteligência, homens invisíveis ou invulneráveis, mágicos que se interessavam pelo nascimento ou pela educação de grandes personagens, palácios encantados e desencantados; dentro do nosso mundo um mundo novo; e o curso ordinário da natureza ficou entregue aos homens comuns. Paladinos, sempre armados em uma parte do mundo cheia de castelos, de fortalezas e de salteadores, reservavam-se a honra de punir a injustiça e defender os fracos. Daí nasceu, ainda, em nossos romances, a galanteria fundada na idéia do amor ligada à idéia de força e proteção [...] Nossos romances de cavalaria enalteceram esse desejo de agradar e proporcionaram a uma parte da Europa esse espírito de galanteria, do qual se pode afirmar ter sido pouco conhecido pelos antigos” (Montesquieu 2004: p.549).

⁵ Ian Watt, em *A ascensão do romance*, depois de interrogar-se se o romance seria uma forma literária nova, ensaia uma suposição-resposta: “Supondo que sim, como em geral se supõe, e que se iniciou com Defoe, Richardson e Fielding [...]”. Nessa resposta, Watt deixa entrever que concebe o romance inglês como a origem do romance moderno (Watt 1996: p. 11). Porém, não parece defender a mesma posição em outra obra (Watt 1997: p. 60-127).

constituído por um conjunto de procedimentos narrativos, não se referindo a “nenhuma doutrina ou propósito literário específico” (Watt 1996: p. 31): a fidelidade à experiência individual, particular, inserida na realidade contemporânea; a tomada do tempo e do espaço como coordenadas fundamentais que moldam a história coletiva e individual dos homens, vistos, por conseguinte, numa dimensão processual; a preocupação com a verossimilhança e, freqüentemente, o emprego de um estilo de prosa que preza o oferecimento de uma impressão absoluta de autenticidade aos relatos por meio do uso de cartas, diários etc. e do apelo a descrições minuciosas dos ambientes (Watt 1996: pp. 14-29). Por meio do uso de nomes de personagens apenas com iniciais, reticências ou de asteriscos, simulando serem esses sinais artifícios para ocultar a identidade real das pessoas, os romances procuravam dar autenticidade às suas narrativas (May 1963: p. 145). Com tudo isso, por fim, constituindo-se como um relato que se pretende autêntico das verdadeiras experiências individuais, o romance dá ao leitor a sensação de participar da ação (Watt 1996: pp. 14-29)⁶. O realismo dos romances, convém sublinhar, se implica uma relação muito estreita com o chamado mundo real, mais talvez do que qualquer arte (Robert 1979: p. 13), mantém inteira liberdade face esse mesmo mundo: muitos deles apresentam-se diante dos seus leitores como “relatos verdadeiros” e passam por reais as suas criaturas, negando sua natureza ficcional (nos prefácios de muitos romances franceses foi comum a advertência ao leitor no sentido de que se tratava de eventos autênticos), mas outros, de modo inverso, afirmam claramente o caráter fictício dos fatos e personagens (May 1963: p. 144 e Robert 1979: p. 17-18); há, ainda, os que procuram conciliar uma e outra possibilidade, dizendo-se “verdadeiros”, mas ao mesmo tempo louvando a imaginação e, até mesmo, a superioridade da realidade que constroem em relação à experiência comum dos mortais.

Os filósofos das Luzes usaram o romance como um agente de construção do devir, não hesitando “em tornar suas ficções veículos para difundir seu programa” (Gay 1996: p. 118). Trazendo acontecimentos normais em relação à realidade, possuindo uma

⁶ Um dos tipos identificados por Arthur Tiejé, em sua classificação dos livros de prosa ficcional produzidos entre 1579 e 1740, é a *narrativa realista*. Opondo-se ao romanescos, seria uma prosa de ficção longa cujo principal fim, via de regra não explicitado, era divertir o leitor, dotando-se de estrutura consideravelmente unificada, que acentuava em alguns casos a aventura, em outros, a personagem, e, sobretudo, orgulhava-se de seu retrato de condutas históricas ou contemporâneas em um método que raramente pode ser satirizado como não verdadeiro. Todos os tipos identificados por Tiejé, fora dos gêneros por ele classificados como *romanescos* e como *narrativa realista* – a saber, *romance-carta*, *crônica escandalosa*, *viagem imaginária* e *conto de fadas de moldura* – parecem compartilhar características intermediárias entre esses dois tipos, indicando a complexidade assumida pela prosa de ficção entre 1579 e 1740 e sugerindo que sua superação posterior não foi um processo linear.

identidade com a vida dos leitores, os romances tornaram-se veículos de difusão do programa dos filósofos das Luzes e de críticas que tinham por alvo a própria sociedade em que eram produzidos. Fruto “dos ideais iluministas, o romance surgiu na cena literária como expressão artística de um espírito democrático”, acolheu “uma multiplicidade de vozes e valores morais”, prestou-se para exprimir, artisticamente, “uma certa visão de sociedade”, e expressou “os valores de seu tempo” e, ainda, o mais importante, “ajudou a criá-los” (Vasconcellos 2000: vol. 1, p. 6). O romance sempre teve como temática e razão de ser “os antagonismos sociais e a luta do indivíduo **na e com** a sociedade”, no interior da qual as personagens buscam uma “identidade social, baseada não mais na sua origem mas nas suas qualidades pessoais e intrínsecas, ou seja, não mais na nobreza de nascimento e sangue mas na nobreza de caráter e coração” (Vasconcellos 2000: vol. 1, p. 35). Concebidas como integrantes de uma dada sociedade, as personagens, segundo a mesma autora, enfrentam o desafio das mudanças por que passa a última, participam dos “processos de migração e urbanização”, que as conduzem à “mobilidade física, geográfica e social e forçam-nas a encarar um mundo onde os padrões já não são mais universalmente aceitos”, defrontando-se com as distâncias entre atos e normas (Vasconcellos 2000: vol. 1, p. 35). Nesses exemplos, vêem-se os romances atuarem como agentes que contribuem para explicar, legitimar e reproduzir uma realidade em transformação.

A ascensão do romance moderno, como já se disse, foi paralela a transformações importantes nos Estados-nação. Se alguns deles, como França e Inglaterra, já existiam – ainda que como “Estados ‘potenciais’”, na medida em que ainda não eram sistemas integrados, mas sim fragmentados em diversos circuitos locais, nos quais o elemento *nacional* não afetava a existência cotidiana –, por volta do final do século XVIII, principalmente nos dois casos citados, devido ao processo de industrialização, às melhorias do sistema de comunicação, à unificação do mercado, ao êxodo rural e ao recrutamento das massas, vieram a constituir uma realidade que arrastava “os seres humanos para fora da dimensão local e os joga[va] numa dimensão muito maior” (Moretti 2003: p. 27). Os progressos do romance, dando-se nesse momento de transformações, no qual a nova coerção do Estado-Nação, mais ampla e mais abstrata, configurava-se como um *problema*, oferecia ao último “uma forma simbólica para ser entendido” (Moretti 2003: p. 28): assim, por exemplo, a romancista Jane Austin transformou em viagem sedutora a experiência dolorosa do desenraizamento territorial,

explicitou as divisões internas da nação, mas as transformou em uma história, criando uma imagem de nação como a soma de todas as suas histórias possíveis; outros romancistas ingleses, por sua vez, incorporaram as colônias aos enredos de suas obras, reiterando sua importância econômica (sem nunca dizerem nada sobre o trabalho nas mesmas) e, sobretudo, utilizando-as para ocultar a exploração da classe trabalhadora inglesa pelas elites locais, produzindo, com isso, “uma ideologia que projeta[va], literalmente, uma realidade desconfortável para longe da Grã-Bretanha” (Moretti 2003: p. 35 e 39).

O mundo extra-europeu – e também europeu – foi objeto de uma literatura e, mais especificamente, do “romance de viagem”, ainda entre os fins do século XVII e os inícios do século XVIII. Os romances de viagem “demoliam todas as instituições”: transportando a narrativa para uma terra muitas vezes imaginária, colocavam em exame o “estado religioso, político e social do Velho Continente, mostrando que o cristianismo no geral, e o catolicismo em particular,” eram “absurdos e bárbaros, que os governos em geral, e a monarquia em particular”, eram “iníquos e detestáveis, que a sociedade” devia “refazer-se totalmente” (Hazard 1994: p. 34). Alguns desses romances possuem características modernas, outros são romanescos, mas, modernos ou romanescos, escolhendo como espaço a Europa ou outros continentes, não importa, tais romances de viagem trazem um conteúdo geralmente crítico em relação à sociedade europeia. *Robinson Crusoe* (1719), de Daniel Defoe, um romance moderno, tem como cenário o mundo extra-europeu, pautando-se pelo realismo formal de que fala Watt.

Robinson Crusoe teve uma presença considerável no trânsito legal de livros entre Portugal e o Brasil. Fez presente pela primeira vez em 1796. Considerando os livros em circulação legal entre 1769 e 1800, figurava em 4º lugar entre as obras de prosa de ficção mais mencionadas nas remessas feitas de Portugal para o Rio de Janeiro, 4º lugar naquelas que se destinavam à Bahia, 5º lugar nas que rumavam para o Maranhão e 7º lugar para o “Brasil” (rótulo sob o qual se ocultam diferentes pontos de destino dentro da América portuguesa). No circuito inverso, do Brasil para Portugal, entre 1769 e 1821, *Robinson Crusoe* era a 3ª obra de prosa de ficção mais citada (Villalta 2004: p. 10). Com exceção de Francisco Isidoro da Silva, Domingos Álvares Branco Muniz Barreto, José Vicente Pereira e Jorge Joaquim de Nogueira Feital, todos os demais proprietários de romances ou eram reputados livreiros – Paulo Martin, Viúva Bertrand e Francisco Rolland –, ou pessoas que muito provavelmente pertenciam a essa

categoria – Bernardo José Agostinho de Campos e José Antonio da Silva, o qual, na mesma data enviou o romance de Defoe para duas localidades distintas. No caso do circuito Brasil-Portugal, para o qual os dados colhidos vão de 1769 a 1821, a primeira – e única – menção deu-se em 1816. Em 8 das 14 menções encontradas, o título grafado associa o nome do protagonista à “vida” e/ ou às “aventuras”, forma com que figura na edição portuguesa de 1815, aqui utilizada, como também na edição anterior, de 1785, feita pela Officina de A. Rodrigues Galhardo, também com tradução de Henrique Leitão de Souza Mascarenhas. Esse título, na verdade, é relativamente fiel ao da primeira edição inglesa do primeiro volume da obra, de 1719: *The Life and Strange Surprizing Adventures of Robinson Crusoe...* (Watt 1997, p. 151). A concisão marcou a maior parte das justificativas apresentadas por aqueles que queriam remeter ou levavam consigo a obra de Defoe, dentre outros livros. Os comerciantes limitaram-se a registrar “pertende remeter”, “manda para”, “quer fazer remeter”, “pertende mandar” etc., enquanto os demais proprietários foram um pouco menos concisos: Moniz Barreto dizia levar os “livros em sua companhia” e Nogueira Feital afirmava carregar livros do “seu uzo”, enquanto sobre José Vicente Pereira a secretaria da Corte registrou que o mesmo “trouxe” livros. Nada disso esclarece sobre os usos do romance pelos leitores.

Como esse romance dialogou com o mundo contemporâneo à sua produção? Esta questão será discutida a seguir.

‘Robinson Crusoe’, de Daniel Defoe: uma utopia colada ao real?

Robinson Crusoe, de Daniel Defoe, inspira-se na história de Alexander Selkirk, marinheiro escocês resgatado em 1709 na Ilha de Juan Fernandez, então desabitada, abandonado cinco anos antes por Dampier e seus companheiros e, depois vítima de um naufrágio (Duchet 1995: p. 60 e Watt 1997, p. 293). Selkirk permaneceu na ilha por cerca de quatro anos, tendo, em seu isolamento, chegado ao ponto de dançar com suas cabras e gatos (Watt 1997, p. 160). Defoe dizia que seu livro era uma história verdadeira, e não um romance, “gênero que desprezava profundamente por causa da credulidade e do sentimentalismo do seu público” (Robert 1979: p. 80); insistia, como outros romancistas que viveram depois, que sua personagem existira, era real, que as aventuras que narrava “foram vividas por um homem ainda vivo e ‘muito conhecido’”,

possivelmente ele próprio, o autor, segundo Watt (1997: p. 154)⁷.

Na narrativa do romance, Robinson Crusoe, um puritano nascido em 1632, desafia as advertências paternas e lança-se às aventuras marítimas. O personagem, então, enfrenta obstáculos de diferente natureza, podendo ser destacado, inicialmente, sua escravização por um mouro na África, seu salvamento por uma embarcação portuguesa e sua vivência em terras do Brasil por quatro anos, seu naufrágio numa ilha desabitada, o apoio de Sexta-Feira, a quem civiliza, ensinando-lhe a língua inglesa e os mistérios da fé. Ao lutarem contra canibais, Robinson e Sexta-feira libertam um espanhol e também um aborígine, que curiosamente era o pai de Sexta-feira, aumentando-se com isso o número de habitantes da ilha. Todos os dois novos habitantes vinham da Ilha de Trinidad, onde se encontravam portugueses e espanhóis vítimas de um naufrágio, buscados posteriormente a mando de Robinson (Defoe 1815: vol. 3, p. 65)⁸, o qual, antes da chegada deles, aos 19 de dezembro de 1686, retira-se da ilha, resgatado por uma embarcação inglesa amotinada, que ali aporta para deixar seu capitão e mais dois homens, salvos graças à ação de Robinson, que o fez não sem antes, como governador da ilha, ouvir do capitão juras de obediência e a promessa de levá-lo de volta à Inglaterra (Defoe 1815: vol. 2, p. 170-217 e vol. 3, p. 68). Robinson leva algumas lembranças da ilha e, até mesmo, dinheiro, resgatado de um navio espanhol; em comum acordo com o capitão, antes de partir, pune três líderes do motim com o desterro na ilha, onde teriam que ganhar o sustento criando e plantando (Defoe 1815: vol. 2, p. 216-217). Após 35 anos de ausência (28 dos quais passados na ilha), Robinson consegue retornar à Inglaterra, onde encontra seus pais e irmãos mortos, havendo apenas duas irmãs e dois sobrinhos vivos (Defoe 1815: vol. 2, p. 218). Da Inglaterra, viaja para Lisboa, onde reencontra o capitão seu amigo e que o informou sobre a situação de suas propriedades no Brasil (Defoe 1815: vol. 2, p. 220): uma vez que ele fora considerado morto, seus bens tinham sido repartidos, ficando 1/3 para a Coroa portuguesa e 2/3 para o Convento de Santo Agostinho, que os destinariam para “socorrer os pobres, e na conservação dos índios na fé catholica” (Defoe 1815, vol. 2, p. 220-21). Robinson constitui uma família, casando-se e tendo três filhos, tendo enviuvado (Defoe 1815: vol. 2, p. 266). Vende suas terras nos “Brasis” (sic), mas nunca consegue tirar o “país” da cabeça e sua inclinação de rever sua ilha e ver se os espanhóis

⁷ Marthe Robert defende que Defoe poderia de fato reconhecer a si mesmo em seu personagem, pois “durante a sua vida sonhou sempre com títulos, fortuna, categoria” (Robert 1979: p. 80-81).

⁸ Isso não sem antes cuidar, por sugestão do espanhol, de produzir os provimentos necessários para receber os futuros novos habitantes da Ilha, cultivando os campos (Defoe 1815: vol. 2, p. 161-162).

ainda estariam lá. Isso o fez aceitar um convite de seu sobrinho para viajar para as Índias Orientais, o que se realiza em 1694, não sem antes visitar a sua ilha, reservando-se “a propriedade e governo de tudo” e socorrendo-a com mulheres (para o matrimônio e para o trabalho) e mantimentos, que envia do Brasil (Defoe 1815: vol. 2, p. 266-267 e Defoe 1983: p. 304-6). Em livros publicados em 1719 e 1720⁹, Defoe dá continuidade à história, retomando a narrativa de sua expedição colonizadora à Ilha da foz do Orenoco e vivendo novas aventuras, passando inclusive pela China e pela Rússia (Defoe 1815: vol. 3 e vol. 4), aventuras que serão focalizadas apenas superficialmente neste artigo.

Um primeiro aspecto a ser analisado em *Robinson Crusoe* é a relação que seu protagonista estabelece, de um lado, consigo mesmo e com Deus e, de outro, dentro disso, com o universo material à sua volta e suas necessidades de sobrevivência. Há interpretações distintas sobre essa questão e aqui não há a pretensão de apresentar a todas. Segundo J. Paul Hunter (1968), por trás dos detalhes da experiência de Crusoe, haveria um emblemático lugar num destino mais largo baseado num modelo cristão-puritano de desobediência e queda, alienação, arrependimento, conversão e redenção (Crowley 1983: p. XIII). Pode-se lê-lo, inversamente, como mera história de aventura, dentro da qual as reflexões feitas pelo protagonista sobre seu estado espiritual seriam uma insincera manipulação, feita para corresponder às expectativas moralistas de seu público, avaliação, neste último aspecto, compartilhada por Ian Watt (Watt 1996: p. 73 e Crowley 1983: p. XVI), o qual minimiza o caráter religioso do romance e reproduz as palavras de Karl Marx sobre a questão. Ao zombar da vida religiosa de Crusoe, Marx diz: ““Não levamos em conta suas preces, pois são para ele uma fonte de prazer e ele e as vê realmente como recreação”” (Marx. Apud. Watt 1996: p. 73). Watt julga que Defoe tinha piedosas intenções, mas as vê manifestarem-se de forma ocasional na obra, afigurando-se apenas “um elemento de religião dominical” (Watt 1997: p. 167). Donald Crowley refuta essa interpretação: no seu entendimento, o livro traz ao leitor uma reflexão sobre a necessidade, profundamente assentada no puritanismo, de abstrair os modelos espirituais e os significados dos limites da própria vida física, de tal sorte que os obstáculos físicos, derrotados por uma inventividade mecânica, podem ser observados como manifestações exteriores de uma batalha mais interior (Crowley 1972: p. XVII). Defoe, assim, por meio do romance, mostraria ao leitor que a benevolência divina em direção ao homem pecaminoso, mas regenerado, é quase firmemente

⁹ Os títulos são, respectivamente: *The farther Adventures* e *Serious Reflections during the Life and Surprising, Adventures of Robinson*.

traduzida em benefícios espirituais e materiais (Crowley 1972: p. XIX-XX).

As práticas de leitura que o livro narra são úteis para se avaliar a relação entre Robinson, Deus e sua trajetória. Na ilha, após o naufrágio, Robinson resgata “livros de navegação”, “três Bíblias excelentes, que tinha recebido com” outras mercadorias “da Inglaterra e que tinha tido o cuidado de meter entre” os seus “fatos, quando parti[ra] do Brasil” e, ainda, “alguns livros portugueses, entre outros dois ou três de orações, segundo os ritos da Igreja Católica Romana, e outros muitos” (Defoe 1815: vol. 1, p. 130). Enquanto dura a tinta, Robinson escreve um diário (Defoe 1815: vol. 2, p. 131), o que o leva a discorrer sobre as aflições que o tomam e sobre o seu próprio esforço de fazer tais registros sob condições adversas como as que enfrenta. Embora diga ao leitor não querer relatar coisas fastidiosas e insípidas, constata que “muitas das particularidades” narradas seriam coisas fastidiosas e insípidas (Defoe 1815: vol. 1, pp. 139-40). Em meio às divagações sobre as “cousas do Mundo”, Crusoe infere “naturalmente: *É Deus que fez todas as cousas*”. Questiona-se, então, sobre a onipotência e onisciência divinas, concluindo “que ele sabe que eu estou aqui e que me acho num estado horroroso; e se nada sucede sem ordem sua, ele ordenou que isto me acontecesse” (Defoe 1815: vol. 2, p. 138). Interroga-se sobre as razões que Deus teria para castigá-lo daquela forma, encontrando como resposta a vida dissoluta que levava no passado. Atormentado, agitado, pensativo, insone, febril, Crusoe lembra-se que “os Brasileiros quase que não usam de outro remédio mais que do seu tabaco para toda a qualidade de enfermidade” e, ao mesmo tempo, que tem um pedaço de rolo de tabaco entre seus pertences (Defoe 1815: vol. 2, p. 191). A cura, contudo, não vem apenas do tabaco, nem só alivia o corpo: é alcançada também com o uso da Bíblia e atinge a alma. Relata Crusoe em seu diário: “peguei uma das Bíblias, de que já fiz menção e que até aqui não tivera tempo, ou, para melhor dizer, desejo de abrir uma só vez, peguei nela, digo, e a levei com o tabaco para cima da mesa” (Defoe 1815: vol. 2, p. 191). Crusoe, então, tem acesso à palavra divina: a Bíblia, fundamentalmente, serve-lhe como forma de aproximar-se de Deus, pois, “lançando os olhos onde abrija o livro, as primeiras palavras que se lhe ofereceram foram estas: *Invoca-me no dia da tua aflição, que eu te livrarei, e tu me glorificarás*” (Defoe 1815: vol. 1, pp. 192-3). Entretanto, Crusoe, dessa primeira leitura da Bíblia, passa a uma outra, ao evocar as palavras dos israelitas, as quais o incitam a ter dúvidas se Deus um dia o livraria daquela ilha: “eu principiava a falar no estilo dos israelitas, que diziam, quando se lhe prometeu que comeriam carne: *Poderia Deus levantar uma mesa no deserto?* E eu, tão incrédulo como eles, disse,

poderá o mesmo Deus livrar-me desse lugar?” (Defoe 1815: vol. 1, p. 192-3). A leitura do primeiro trecho da Escritura Sagrada, portanto, é confrontada com a de outro (o referente aos israelitas, rememorado em seu conteúdo), instaurando tormento no protagonista em relação ao seu futuro e, de resto, aos desígnios divinos.

Crusoe demora semanas para recuperar-se de todo dos efeitos da febre. Reflete “muitas vezes sobre estas palavras da Escritura: *Eu te livrarei*” e disso conclui: “A impossibilidade da minha liberdade estava gravada tão profundamente no meu espírito que tinha arrancado dele a raiz de toda a esperança” (Defoe 1815: vol. 2, p. 195). Crusoe, contudo, lembra-se que Deus acabara de livrá-lo da enfermidade e que, inversamente, ele não o glorificara, fazendo isso, então, imediatamente em “voz alta”. Mais tarde, com a leitura da Bíblia, Robinson dialoga com Deus (o qual lhe parece, por meio do livro sagrado, dirigir-se diretamente a ele) e, a partir disso, muda seu estado de espírito, toca sua alma, percebendo-se não verdadeiramente arrependido; e, depois da leitura, seguida de uma oração, ao mesmo tempo, sente-se livre de sua miséria e tangido por uma esperança viva, que o faz dar um sentido antes não percebido à afirmação bíblica *Invoca-me, eu te livrarei*, e, de resto, à sua percepção de liberdade, identificada anteriormente com a saída da ilha em que naufragara. Conjugando-se com a oração, portanto, a Bíblia permite não apenas o contato com a palavra divina, mas o culto ao mesmo Deus. Ademais, a Bíblia leva Robinson a uma verdadeira contrição que o faz lamentar a vida dissoluta de outrora. A liberdade, portanto, confunde-se com o livrar “a alma do peso que a oprime”, isto é, os pecados passados. A leitura da Bíblia, enfim, traz a Robinson a palavra de Deus e o estimula a cultuá-lo e glorificá-lo; aflito em meio a tantas adversidades, ele se instrui nas palavras do Senhor, edifica a si mesmo e, com tudo isso, consegue lidar melhor com as agruras da sobrevivência, “prover[-se] do que necessitava” (Defoe 1815: vol. 2, p. 198-199).

As aflições de Crusoe reaparecem ocasionalmente. A Bíblia, contudo, continua a socorrê-lo com algumas palavras – “*Não, eu não te desampararei, nem te abandonarei jamais*” –, parecendo-lhe logo que tais palavras se dirigem a ele, “porque de outro modo não podia conceber” (Defoe 1815: vol. 2, p. 232). Com isso, sente-se amparado por Deus e percebe que, com esse trunfo, nada significa o desamparo dos homens. A leitura da Bíblia, confrontada com as condições de vida experimentadas (e aqui os sentidos e a experiência pessoal têm seu papel), permite-lhe reafirmar sua fé e dizer-se agradecido ao amigo que a incluía entre as mercadorias que lhe remetera da Inglaterra (Defoe 1815: vol. 2, pp. 233-4). Como um bom puritano, Crusoe organiza o seu tempo e, dentro

dele, suas leituras e seus trabalhos. A leitura diária e intensiva da Bíblia, junto com as orações, está em primeiro lugar dentro da rotina, sendo seguida pelo trabalho – e nunca pelo ócio! –, elemento essencial para vencer as adversidades, associando-se, de algum modo, às graças divinas com que é beneficiado (Defoe 1815: vol. 2, p. 234). A Bíblia, além disso, ajuda-o a lidar com os indícios apavorantes da presença humana na ilha, tendo suas palavras o levado ao “reconhecimento para com Deus” e dissipado inteiramente os seus “sustos” (Defoe 1815: vol. 2, p. 30). Robinson desenvolve uma relação civilizadora com Sexta-feira, dentro da qual se insere o ensino de algumas palavras em inglês e da religião cristã (Defoe 1815: vol. 2, p. 101-2 e p. 117). A leitura da Bíblia, a partir da chegada de Sexta-feira, continua intensiva e, presume-se, torna-se oral e em dupla. Para Crusoe, a leitura da Bíblia bastaria, por si só, para conhecermos as verdades da religião e repararmos nossos erros; segundo ele próprio, não tendo ele socorro para melhor se “instruir”, poderia, contudo, usando da Bíblia de que dispunha, “iluminar” o seu “selvagem”... Crusoe ilumina, instruí, edifica e entretém, tudo isso graças à leitura da Escritura Sagrada e, agora, não apenas a si mesmo, mas ao seu escravo. E, o mais importante, acessa e cultua o Senhor, concorrendo para que isso se dê também com o Outro, Sexta-feira. As práticas de leitura narradas no romance de Daniel Defoe, em suma, divertem, instruem e edificam, também aos leitores, pois estimulamos a preservar a fé em Deus (e a glorificá-lo!), mesmo diante de situações adversas, que devem ser lidas de uma maneira menos imediatista. Ao acompanhar as práticas de leitura de Robinson Crusoe, é possível perceber que fé, sentidos e trabalho são elementos estreitamente vinculados, havendo uma indissociabilidade entre a preservação da fé, a observação da realidade, o desenvolvimento de atividades produtivas e a obtenção de benefícios materiais, dentro das linhas antevistas por Crowley. A leitura aparece diretamente relacionada o sucesso de Robinson, com seu esforço no sentido de vencer os obstáculos e, de alguma maneira, de recuperar-se dos infortúnios que o afligem.

A posição econômica do protagonista e, de resto, do romance, tem em Ian Watt seu melhor analista. Watt vê *Robinson Crusoe* como uma alegoria do individualismo econômico e da liberdade, presentes na sociedade moderna, cuja constituição foi profundamente afetada pelo advento do capitalismo industrial e pela difusão do protestantismo (Watt 1996: pp. 55-56). Com o capitalismo, houve um aumento da especialização econômica e, como decorrência, da liberdade de escolha individual, tendo Defoe colocado sua literatura para aprovar os “heróis do individualismo

econômico”: Crusoe, com sua ambição, suas viagens, seu desapego aos laços familiares, sua alegria em vistoriar seus bens e seu exercício de *laissez-faire* na Ilha, assim, seria um caso extremo de tendências correntes na sociedade moderna, dentro da qual se vê uma grande mobilidade do indivíduo e a procura do lucro como um motivo básico; em convergência com o puritanismo, acrescentando-se, Crusoe dá grande dignidade ao trabalho (Watt 1996: pp. 60-61, 66 e 78). O trabalho é um aspecto essencial de *Robinson Crusoe*, como esclarece outra autora, Marthe Robert, pensando agora não só na obra em si, mas em seu significado no interior da história do romance e do momento de sua própria produção:

Pela primeira vez na literatura romanesca, a terra do sonho é a mesma que vai ser necessário desbravar, a realidade já não pode ser vencida apenas pela força do desejo, são necessários utensílios, cálculos, toda a experiência e toda a paciência do operário. Até aqui, o romance é, em todas as suas categorias, um gênero notoriamente ocioso, nele se pintam combates fabulosos, elegantes caçadas, amores longamente contrariados ou, em rigor, as peripécias regozijantes e animadas de pícaros à margem da sociedade, mas seja o romance bucólico, cortês, cavalheiresco, barroco, sentimental ou cômico, a etiqueta quer que nunca nele haja trabalho. Robinson põe fim a esta ociosidade de certo modo obrigatória [...] Com ele, o trabalho, o esforço, a necessidade instalam-se no próprio coração da utopia [...] Robinson Crusoe [...] só pode ser escrito numa sociedade em movimento, onde o homem sem nascimento nem qualidade tem alguma esperança de subir pelos seus próprios meios, pronto a lutar duramente contra as sobrevivências que o impedem de ascender [...] mostra ao burguês aventureiro como há de fazer-se a si próprio e conquistar as suas futuras colônias; mas ao mesmo tempo dota da burguesia da única arte [isto é, o romance] que lhe pertence como propriedade, que nasceu dela, à imagem dos seus sonhos e da realidade de suas necessidades (Robert 1979: p. 85-6).

Defoe, em seu livro, contudo, habitualmente adotou uma posição mercantilista já então abandonada, que valorizava o lucro fácil (Crusoe guia-se por esse princípio em sua conduta econômica, visando aos lucros imediatos do comércio), negada pela teoria econômica clássica (Watt 1997: p. 161). O individualismo econômico e a oscilação entre uma posição que valorizava o lucro fácil e outra que exige o trabalho são perceptíveis em três experiências do protagonista: no Brasil, na Ilha quando de sua primeira estadia e, depois, quando de seu retorno, em sua experiência neocolonial.

Para o sucesso num “país remoto” como o Brasil, segundo o romance, seriam necessários recursos mínimos, que são deixados pelo capitão do navio que o resgata e sem os quais o destino de Robinson seria perecer e jamais retornar à Inglaterra¹⁰.

¹⁰ Isto fica evidente na fala que o capitão do navio que compra o barco de Robinson faz sobre o Brasil e sobre o resgate do protagonista: “Quando eu vos salvei a vida, não fiz outra coisa mais, que o que eu

Robinson, com efeito, vive no Brasil por quatro anos e torna-se próspero plantador de tabaco e cana e proto-mercador. Logra conquistar uma reprodução ampliada de seu capital inicial. Sua transformação em senhor de engenho e seu enriquecimento são assim explicados pelo personagem:

Pouco tempo depois do desembarque, fui recomendado pelo Capitão a um homem muito honrado, semelhante ao mesmo capitão, que tinha o que vulgarmente se chama um Engenho, isto é, uma plantação e uma manufatura de açúcar. Vivi alguns tempos em sua casa e por este meio me instrui no modo de plantar e fazer o açúcar. Ora, vendo que comodamente viviam estes cultivadores e com rapidez se enriqueciam, resolvi-me a estabelecer-me e a ser cultivador como os outros, se fosse possível obter licença; bem entendido que procuraria o meio de me fazer vir à mão o dinheiro, que tinha deixado em Londres. Para tudo isso me provi de uma espécie de carta de naturalização, em virtude da qual comprei uma terra, que estava ainda inculta e cuja extensão proporcionei com o meu dinheiro. Finalmente, formei um plano para a minha plantação e para o meu estabelecimento, proporcionando uma e outra coisa com o cabedal, que esperava receber da Inglaterra. Tinha um vizinho português, que era natural de Lisboa, mas filho de pais ingleses; chamava-se Wells, os seus negociantes estavam pouco mais ou menos na mesma posição dos meus. Chamo-lhe meu vizinho porque a sua plantação partia com a minha e porque ambos vivíamos em boa harmonia. Ambos tínhamos pouco cabedal e, falando propriamente, plantamos somente o que nos podia produzir a nossa subsistência por quase dois anos, mas, ao fim desse termo, principiamos a fazer progressos, e a nossa terra a tomar melhor figura, de modo que, no terceiro ano, plantamos tabaco e cada um de nós preparou uma grande porção de terreno para nele plantar canas no ano seguinte. Ambos tínhamos necessidade de quem nos ajudasse; e eu sentia vivamente a sem razão com que me privei do meu Xuri (Defoe 1815: vol. 1, p. 68-69)¹¹.

Robinson, inicialmente um mero plantador de subsistência, enriquece-se de uma maneira senhorial-colonial. Ele importa da Inglaterra ferragens e instrumentos para desenvolver sua plantação, e mais “panos, sedas, meias e outras coisas extraordinariamente estimadas e procuradas neste país”, acrescentando a personagem que:

achei o segredo de as vender por alto preço, de sorte que posso dizer que, depois de sua venda, ajuntei mais de quatro vezes o valor da minha

estimaria que me fizessem também a mim mesmo, e quem sabe se eu sou destinado para me ver um dia reduzido a uma semelhante condição? Além de que depois de vos **ter conduzido a um país tão remoto do vosso, como é o Brasil**, se eu vos tomasse tudo o que tendes, morrereis na indigência, e o que faria, seria tirar-vos então a vida, que agora vos dou. Não, não, continuou ele, Senhor inglês, puramente por caridade, e essas cousas vos servirão para comprar com que subsistir, e para fazer a viagem ao Vosso País” (Defoe 1815: vol. 1, p. 65). Na versão inglesa, o Brasil não aparece como país e vem no plural, afirmando o português: “[...] when I carry you to the Brasils, so great a way from your own Country [...]” (Oxford, p. 33).

¹¹ A versão inglesa não apresenta diferenças significativas aqui.

carregação e me via infinitamente mais adiantado que o meu pobre vizinho, a respeito da minha plantação, porque comprei logo um negro e um criado europeu, isto é, outro além do que o Capitão me tinha trazido de Lisboa (Defoe 1815: vol. 1, p. 74).

Portanto, Robinson acumula capital pelo trabalho produtivo e pelas transações comerciais; para sua maior riqueza, comparada à de outro proprietário, concorre também a aquisição de um escravo e de um criado (o que é pouco factível historicamente, deve-se sublinhar, levando-se em conta a realidade colonial da América portuguesa e as exigências das atividades do cultivo da cana e do tabaco). Esse negócio poderia ter-lhe rendido muito mais, não fosse sua ambição (Defoe 1815: vol. 2, p. 83), segundo o romance. Robinson não se contém com a prosperidade auferida pelo trabalho e pelas transações comerciais de têxteis, deixando-se mover por uma ambição ímpar, de um lucro em teoria fácil e, ao mesmo tempo difícil, pois estaria para além das suas próprias “forças”, isto é, dependeria menos de seu trabalho:

Mas o abuso que fazemos da prosperidade vem a ser muitas vezes a origem das nossas maiores desgraças: eis aqui o que se verificou em mim. No ano seguinte tive toda a sorte de vantagens na minha plantação; colhi na minha própria terra cinqüenta rolos de tabaco, além do que tinha disposto com os meus vizinhos para o meu uso: estes cinqüenta rolos pesavam cada um mais de cem arrates, estavam bem acondicionados e prontos para quando a frota voltasse para Lisboa. Vendo então os meus negócios e as minhas riquezas se aumenta[re]m igualmente, principiei a idear muitos projetos e empresas que excediam às minhas forças, mas que causam muitas vezes a ruína das pessoas mais capazes para os negócios (Defoe 1815: vol. 2, p. 74-5).

A ambição sem fundamentos nas potencialidades efetivas das pessoas, nascida da paixão pela aventura, não assentada no trabalho árduo, assim, colide com a prosperidade. Com efeito, declara a personagem:

todos esses desastres nasciam da paixão desenfreada que tinha de correr o mundo, paixão dominante, a que largava cegamente a rédea, no mesmo tempo que ela era mais contrária aos meus maiores interesses, que rompia todas as medidas da minha fortuna e que arruinava, por assim dizer, todos os caminhos (Defoe 1815: vol. 2, p. 75).

Crusoe lamenta ter-se guiado pela “loucura”, deixando “um estabelecimento seguro para ir [...] à Costa da Guiné buscar negros, os quais [...] podiam ser trazidos [...] pelas pessoas que fazem este comércio”, ainda que com custos maiores, mas sem os riscos que correria (Defoe 1815: vol. 2, p. 83-4). Essa loucura tem início com os contatos de Robinson com plantadores e negociantes de S. Salvador. Ele lhes relata as duas

viagens que fez à Costa da Guiné e como se mercadejava negros nessa região. Desperta-lhes a atenção, sobretudo, a “compra de negros, cujo comércio, não somente estava no seu princípio, mas neste mesmo estado tinha sido sempre dirigido pelo Assento¹², ou o que vale o mesmo, por uma assembléia formada pelos reis de Espanha e de Portugal, e que entrava nas contas do governo público, de modo que vinham poucos Negros e se vendiam por um preço excessivo” (Defoe, 1815, vol. 1, p. 77). Em função do interesse, aqueles personagens lhe apresentam a proposta de realizar uma expedição à Guiné para o fim de comprar os escravos, fazendo-os desembarcar secretamente, porque isso não se podia fazer de público, por ser o tráfico objeto de contratos.

Movido por uma ambição desmedida e contrariando as normas legais, de fato, Robinson investe na tentativa de adquirir escravos na África. Tal iniciativa malogra por causa de um naufrágio, ocorrido em 1659, que leva o protagonista a viver por 28 anos numa ilha na foz do Orenoco. Depois de perambular pela ilha em que naufraga, Crusoe chega a percepções similares aos que edenizaram a América portuguesa tão logo a encontraram: “No fim deste caminho, achei-me em um país descoberto, que parecia declinar para o Ocidente [...] Todo este país parecia tão temperado, tão viçoso e tão florido, que se podia imaginar um jardim artificial e facilmente se via que reinava nele uma continuada primavera” (Defoe 1815: vol. 1, p. 204). Na ilha, Crusoe depara-se com novos desafios e, se antes, no Brasil, promove uma reprodução ampliada dos seus recursos, em seu novo habitat, obtém o mesmo resultado, para o que é fundamental o seu trabalho diversificado e contínuo: desenvolve atividades extrativas, cultiva a terra utilizando sementes que resgatara da embarcação, constrói sua casa, caça, cria animais, trabalha com argila, roupas, fabrica instrumentos, cestos etc. (Defoe 1815: vol. 2, p. 214-50). Desenvolve trabalhos verdadeiramente manuais, valorizando sua experiência anterior de ver a fabricação de cestos na Inglaterra, o que lhe permitiu adquirir “hum pleno conhecimento do methodo ordinário desta arte” (Defoe 1815: vol. 2, p. 220), valorização esta que é um verdadeiro contraste com a observada no mundo ibero-americano; Crusoe afirma claramente com todas as letras: “o trabalho, e a paciência repararão tudo, suprião a todas as minhas necessidades, e me fornecião abundantemente tudo, o que precisa o meu estado” (Defoe 1815, vol. 2, p. 236). Crusoe sobrevive em grande parte por ser industrioso, mas também porque é capaz de manter

¹² Na versão inglesa, vê-se a denominação *asiento*, traduzida, na versão portuguesa, como *assento*. Desde 1578, os assentos tornaram-se a única forma legal de realizar o tráfico de escravos, sendo a fórmula pela qual alguns mercadores alcançavam da Coroa o monopólio sobre o comércio de escravos (Marques 2003: p. 334).

sua fé cristã e sua integridade como pessoa (para o que concorre a escrita de um diário). Crusoé, ele próprio, explica seu caráter industrioso, defendendo o uso da razão, base para o desempenho de qualquer atividade mecânica, para cujo sucesso, além do trabalho próprio, carecia-se também de instrumentos:

Principiei, pois, a obra e não posso deixar de observar que a razão é o princípio e a origem das matemáticas. Na há homem algum que, à força de medir cada coisa em particular segundo as regras da razão e de formar delas uma idéia racional, não possa com o tempo formar-se em uma arte mecânica. Eu nunca tinha pegado em instrumento algum e, contudo, mediante o meu trabalho e a minha aplicação e indústria, conheci finalmente que, se tivesse instrumentos próprios, poderia fazer todas as coisas de que necessitasse. Ainda sem instrumento, fiz muitas obras e, só com um machado e uma plaina, concluí algumas, o que talvez nunca aconteceu até então, mas é verdade que tive um trabalho infinito (Defoe 1815: vol. 2, p. 138).

Com a retomada de sua vida na Inglaterra, Robinson, como se disse, viaja para Lisboa, onde apura o estado de suas posses no Brasil, constatando que elas dão bom rendimento. Houve aumento da plantação, com o que seu sócio enriquecera bastante, e da parte que cabia a Robinson, um terço das posses dera um rendimento de duzentas moedas de ouro (Defoe 1815, vol. 2, p. 222). Gastos, contudo, fizeram-se necessários para comprar escravos, construir um engenho e aumentar a plantação, com o que os rendimentos ficaram medíocres, dando Robinson uma descrição precisa dos mesmos, a partir das informações que lhe passara o seu amigo capitão: “O meu amigo porém me mostrou que me devia 470 moedas de ouro, além de sessenta caixas de assucar, e quinze rolos de tabaco, que se perderão em hum naufrágio, que elle meu amigo fizera, voltando para Lisboa, quase onze annos depois de minha partida do Brasil” (Defoe 1815: vol. 2, p. 224). Robinson, porém, diante das dificuldades enfrentadas pelo capitão, aceita receber apenas 100 das 160 moedas de ouro que o mesmo quis lhe pagar (Defoe, 1815: vol. 2, p. 225). Depois, oferece uma descrição minuciosa da contabilidade apresentada pelos filhos de seus feitores no Brasil, bem como dos rendimentos que lhe enviam: segundo ele próprio, “1.200 caixas de assucar, 800 rolos de tabaco, e o resto, que me pertencia em ouro” (Defoe 1815: vol. 2, p. 229). Faz um balanço final de que se tornara “senhor de mais de 450 mil cruzados em dinheiro, e de huma possessão no Brasil, que produzia mais de nove mil cruzados cada anno, de que estava tão seguro como qualquer Inglez o pode estar dos bens, que possui na sua pátria” (Defoe 1815: vol. 2, p. 230). Em toda essa passagem, ao lado da valorização da riqueza e das atividades econômicas pela

personagem, de sua racionalidade contábil, vê-se uma narrativa que incorpora práticas de registro escrito coevas, como a lista referente a posses, rendas etc. Tudo isso confirma, de um lado, as análises de Watt sobre o *realismo* do romance e, por outro, como em *Robinson Crusoe* expressa-se e defende-se o individualismo econômico, uma racionalidade claramente capitalista.

O diálogo do autor, além disso, põe em pauta o tema da colonização. No livro, de fato, vê-se uma história que encerra um esforço civilizador-colonizador que legitima a dominação européia, sob uma nova feição. A ilha deserta habitada por Robinson, inicialmente, torna-se, graças aos seus esforços, um espaço europeizado: recursos da civilização resgatados da embarcação e armazenados em terra – “o maior depósito de todas espécies que [...] um homem já armazenou” (Defoe 1983: p. 55) – e mais a labuta do protagonista permitem ao mesmo viver à moda européia, civilizada, ainda que constantemente ameaçado pelos outros. Seu modo de vida só não é *civilizado* porque, em grande parte, é de um homem isolado, sempre, na ilha, fora da sociedade. Mais tarde, Robinson pensa em obter uma Patente que lhe “permitisse povoar” a “Ilha, e conduzir a ella huma Colônia” (Defoe 1815: vol. 3, p. 17) e, então, inicia em 1694 uma expedição, que atinge a Ilha em abril de 1695 (Defoe 1815: vol. 3, p. 54), lá encontrando os espanhóis, portugueses e ingleses (dentre eles três marinheiros sediciosos, que muito trabalho deram aos espanhóis, vol. 3, p. 62-3) que deixara. Na Ilha, enfim, congregam-se elementos de diferentes nacionalidades (espanhóis, portugueses, ingleses e um sacerdote francês, salvo, junto com os demais tripulantes resgatados de uma embarcação francesa, sacerdote esse que se engaja na expedição colonizadora de Robinson), todos eles tendo como governador, ainda que não sempre presente, Robinson (Defoe 1815: vol. 3, p. 23 e 41), agora instaurando um *laissez-faire* coletivo e pan-nacional. O padre Raynal, décadas depois, em sua incendiária *Histoire Philosophique et Politique des Établissements et du Commerce des Européens dans les Deux Indes*, obra publicada inicialmente em 1770, defenderia um colonização pautada pelo livre-comércio, sem impostos extorsivos e, no caso do Brasil especificamente, sem o terror da Inquisição e a onipresença dos clérigos e, ainda, apoiada com a vinda de imigrantes (Raynal 1820: tomo 5, 132-6), advogando, portanto, princípios em parte coincidentes com os vistos, ainda que sutilmente, no romance de Defoe: liberdade de comércio e colonos de diferentes origens.

Outro aspecto da obra a ser considerado é a relação entre os europeus e não-europeus. Dorinda Outram considera que, em “muitos aspectos, *Robinson Crusoe* pode

ser visto como uma alegoria, consciente ou não, da relação entre a Europa das Luzes e o resto do mundo” (Outram 1995: p. 64), tocando num tema que havia crescido a tal ponto que se tornou preeminente na Época das Luzes: a *diferença* diante dos não-europeus e, por conseguinte, a indagação sobre se as convenções européias representavam a única forma correta de ser e agir no mundo. Os europeus já se encontravam familiarizados, no século XVIII, com a experiência não-européia, de diferentes terras, climas e povos, descritos coletivamente como exóticos, envolvendo-se em relações econômicas de colonização e exploração de sua natureza tropical e de seus habitantes: defrontando-se com a “questão geral da *diferença* [...] Sexta-feira ficou embaraçado quando se deparou com as idéias e as práticas que eram normais para Crusoé, um sinal talvez de que as convenções da Europa eram exatamente convenções, não estando enraizadas na natureza, não sendo, portanto, o único caminho, correto e inevitável, de agir e crer?” (Outram 1995: pp. 63-64). Assim, se Crusoé, num primeiro momento, faz uma condenação veemente dos canibais, num segundo, volta-se contra sua própria posição de juiz e relativiza as convenções européias; se inicialmente pretendia exterminá-los, num segundo momento, conclui que: “a razão e a política deviam igualmente obrigar-me a não me embaraçar com as ações dos selvagens, e que o meu único negócio era conservar-me oculto e não dar o menor indício que lhe[s] fizesse suspeitar que havia entes racionais na ilha” (Defoe 1815: vol. 2, pp. 52-3). À tolerância com o outro, portanto, junta-se a apologia à razão como guia dos comportamentos de “entes racionais”, redundância essa que só reafirma a filiação ilustrada de Defoe.

Complementando e, de algum modo, relativizando alguns pontos da interpretação de Outram, pode-se dizer que o romance coloca o leitor diante de outros espaços, sociedades e homens, escancarando-lhe as *diferenças* do *ser* humano e reconhecendo que, mesmo as criaturas mais selvagens, foram contempladas por Deus com as mesmas faculdades, sentimentos e inteligência. Porém, as *diferenças* são adjetivadas negativamente como barbárie pelo protagonista-narrador, opondo-se à civilização. Ao defrontar-se com os índios canibais, Robinson, por um lado, insere a antropofagia nas guerras travadas entre os nativos, tomando-a como expressão de que aqueles que a praticavam não tinham “como guia mais no seu proceder do que as suas próprias paixões corruptas e que uma tradição desgraçada os familiarizara com um costume horroroso, a que os não podia inclinar outra coisa mais do que a corrupção humana desamparada do Céu e sustentada por instigações infernais” (Defoe 1815: vol. 2, pp. 49-50). Sinal de desamparo divino e, inversamente, das investidas do diabo, a

antropofagia, signo, portanto, da corrupção da sociedade, era censurada de modo peremptório; Crusoé, além disso, trata os “selvagens” como “abomináveis” e qualifica o ritual como “horroroso banquete” (Defoe 1815: vol. 2, p. 41) e sinal de “barbaridade” (Defoe 1815: vol. 2, p. 48), o que se completa com seu agradecimento a Deus por tê-lo feito “nascer em uma parte do mundo remota de tão abominável povo” (Defoe 1815: vol. 2, p. 42). Por outro lado, num esforço relativizador, Crusoé questiona sua própria posição de juiz: “Que autoridade, dizia eu, que vocação tenho para me constituir Juiz e algoz destes homens, que há muitos séculos permite o Céu que sejam os executores da sua justiça uns para com outros? Que direito tenho para vingar o sangue que eles derramam alternadamente? Como sei eu que a mesma Divindade julga desta ação, que me pareça criminosa? Ao menos é certo que estes povos, quando a cometem, não [...] tem o menor desígnio de ofender a Divina Justiça, como nós fazemos na maior parte dos nossos pecados [...]. Seguia-se daqui que a minha empresa não era legítima e que estes selvagens não deviam ser tidos como matadores, se não do mesmo modo que os Europeus, que em um combate fazem passar ao fio da espada tropas inteiras dos seus inimigos, sem dar quartel a ninguém, não obstante renderem-se” (Defoe 1815: vol. 2, p. 50-51). Robinson, ademais, condena veementemente a destruição de milhões de africanos pelos espanhóis, considerando-a injustificável, “para com Deus” e “para com os homens” (Defoe 1815: vol. 2, p. 52) e atribui a Deus a posição de julgar os canibais (Defoe 1815: vol. 2, p. 53).

Os outros funcionam como espelho que conduz o observador a questionar suas convenções e suas práticas no trato das diferenças e dos diferentes. Há ambigüidade, entretanto, no modo como o romance se refere à relação com o Outro, evidente, por exemplo, na descrição comparativa de Sexta-feira: “A sua cor não era negra, mas muito trigueira, sem cousa alguma desagradável, como a cor restada [sic] dos habitantes do Brasil e de Virgínia; assemelhava-se mais a uma ligeira cor de azeitona, de que não é fácil dar uma justa idéia, mas que me parecia muito agradável” (Defoe 1815: vol. 2, p. 100). Ao mesmo tempo, o outro, Sexta-feira, não aparece desprovido de características positivas e de uma racionalidade capaz de efetivamente por em xeque verdades européias. Por exemplo, é capaz de embaraçar Robinson quando dele recebe instrução religiosa, revelando ser-lhe difícil entender por que Deus não eliminava o Diabo, dúvida essa que coloca o protagonista em apuros para encontrar possíveis respostas¹³ Nessa

¹³ “O pobre rapaz me embaraçou hum dia terrivelmente sobre esta matéria com huma pergunta que me fez sem malicia, e a que com tudo eu não soubre responder [...] Tinha passado a contar-lhe como o diabo era

situação pode-se ver um eco de possíveis contestações religiosas encontradas à época da produção do livro e, ao mesmo tempo, uma expressão de um esforço de Defoe no sentido de identificar aspectos do cristianismo incompreensíveis para um Outro. Concretizam a ambigüidade, além disso, os esforços civilizadores-colonizadores desenvolvidos na Ilha pelo protagonista, em dois momentos de sua trajetória: após o naufrágio e, depois, com seu retorno da Inglaterra. O outro, de qualquer modo, precisa ser civilizado e colonizado.

Há um aspecto importante no livro que geralmente passa despercebido e que se encontra associado ao modo como nele se lida com a alteridade, inclusive religiosa, e, por isso mesmo, como se filia às Luzes. Na versão portuguesa esse aspecto é suprimido, certamente por intervenção da censura. Em sua estadia em Lisboa, logo após retornar à Inglaterra vindo dos seus 28 anos de isolamento na ilha da foz do Orenoco, Robinson cogita estabelecer-se nos Brasis, para o que seria necessário naturalizar-se. Mas confessa:

[...] eu tinha um pouco de escrúpulo em minha mente sobre a religião, o qual inconscientemente me fez voltar atrás [...]. Entretanto, não foi a Religião que me fez não ir para lá no presente, pois eu não tive escrúpulo de me abrir à religião do país enquanto eu estive entre eles [...], somente que agora e, então, tendo pensado mais sobre isso (mais do que antes) quando eu comecei a pensar em morar e morrer entre eles, eu comecei a arrepende-me por ter eu mesmo me professado um Papista, e pensei que poderia não ser a melhor Religião para morrer (Defoe 1983: p. 287).

Se aqui Robinson revela ter sido pragmático em sua estadia anterior no Brasil, vivendo entre católicos (e, ao que parece, como católico, fingindo sê-lo ou tolerando a

inimigo de Deos nos corações dos homens, e que se servia de toda a sua subtileza maliciosa para destruir os bons desígnios da Providência, e para arruinar o Reino de Jesus Christo. *Como*, disse então Sexta-feira, *Deos estar tão grande, tão poderoso, não, estar maior, mais poderoso que o diabo?* Certamente, disse eu, e por esta razão he que nós supplicamos a Deos nos dê graça para pizar o diabo com os pés, resistir as suas tentações, e vencer as suas sugestões. *Mas*, replicou elle, *Deos não matar o diabo, para o diabo não mais fazer mal?* A questão me surpreendeu: era eu hum homem de idade, mas muito mão Doutor, e pouco qualificado para resolver dificuldades. Como não sabia que lhe respondesse, fingi não o entender, e lhe perguntei o que queria dizer. Mas elle dezejava muito seriamente huma resposta, não lhe esqueceo a sua questão, e assim a respeito do mesmo estilo. Eu, tendo tido então tempo para reflectir, lhe respondi que Deos o permitia assim para merecimento do homem, e castigaria o diabo em fim severamente, que estava reservado para o dia final, que o condenaria ao fogo eterno. Ao que elle mostrou ficar satisfeito” (Defoe 1815: vol. 2, p. 120). Tudo indica, contudo, que a explicação dada por Robinson ao final e a satisfação de Sexta-feira foram enxertados no texto pela censura portuguesa, pois, no original inglês, Robinson oferece uma outra explicação e Sexta-feira permanece na dúvida: “[...] and I [Robinson] Said, *God will at last punish him severely; he is reserv’d for the Judgment, and is to be cast into the Bottomless-Pit, to dwell with ever-lasting Fire.* This did not satisfie Friday, but he returns upon me, repeating my Words, RESERVE, AT LAST, *me no understand, but, Why not kill the Devil now, not kill great ago?* You may well ask me, *said I, Why God does not kill you and I, when we do wicked Things here that offend him? We are preserv’d to repent and be pardon’d: He muses a while at this; well, well, says he, mighty affectionately, that well; so you, I, Devil, all wicked, all preserve, repent, God pardon all*” (Defoe 1983: p. 218-29).

religião romana), ao mesmo tempo reafirma sua crença protestante, concluindo que não seria prudente naturalizar-se português e, por conseguinte, converter-se à fé católica, uma vez que esta última não seria ideal para a salvação da alma. Robinson, contudo, foi mais longe em suas críticas, as quais foram igualmente suprimidas da versão portuguesa, pelos censores ou pelo tradutor, críticas essas que atingem a Inquisição, apresentando-a como instituição que levava ao martírio e à morte:

[...] Estava começando a pensar em deixar meus negócios com esta mulher [a viúva de seu benfeitor], partindo de Lisboa para estabelecer-me no Brasil, quando um outro escrúpulo veio em meu caminho, e aquele era a Religião; pois como eu tinha nutrido algumas dúvidas sobre a religião romana, mesmo enquanto eu estava no exterior, especialmente no meu estado de solidão, então eu concluí por não ir aos Brasis, muito menos ir estabelecer-me lá, muito menos decidir converter-me à religião católica romana, sem nenhuma reserva; menos ainda, por outro lado, sacrificar meus princípios, ser um Mártir religioso, e morrer na Inquisição; então eu decidi ficar em casa, e se eu pudesse encontrar meios para tanto, dispor-me-ia da minha plantação (Defoe 1983: p. 303)¹⁴.

Outro tema presente no livro é o poder político. Em 1688, a Inglaterra fora cenário da “Revolução Gloriosa”, quando Jaime II ameaçou restaurar as prerrogativas da monarquia absolutista, uma revolução feita sem derramamento de sangue nem desordens sociais – observadas anteriormente na Revolução de 1640-60 –, e que levou Guilherme de Orange ao poder em 1689 (Hill 1981: p. 108), enquanto na França, nas últimas décadas do século XVII, o absolutismo consumava sua apoteose institucional (Anderson 1985: p. 101). Defoe foi um ator neste processo. Nascido em 1660, filho de um fabricante de velas de sebo cuja família alinhava-se com a dissidência presbiteriana, depois de alguns estudos formais, lançou-se no comércio de meias e de vestuário caseiro. Partidário da Revolução Gloriosa de 1689, veio a desempenhar cargos públicos e iniciou nessa época sua carreira de escritor. Meteu-se em negócios de risco com almíscar e faliu em 1692, tendo sido preso e, depois de sair da prisão, fez esforços para pagar suas dívidas (Watt 1997: p. 153). Com a ascensão da rainha Ana e sua política em favor da ala conservadora da Igreja anglicana e contra os dissidentes religiosos, escreveu um vigoroso panfleto contra a postura da monarca, sendo preso e falindo

¹⁴ Na versão portuguesa, essa passagem foi traduzida da seguinte maneira: “Estava já resoluto a confiar-lhe a direcção de todos os meus negócios, e a partir para Lisboa para ir estabelecer-me no Brasil, quando me sobrevierão alguns embaraços que me obrigarão a mudar de sentimentos, e a tomar o partido de ficar na minha Pátria, particularmente se pudesse ter a felicidade de vender a minha plantação vantajosamente” (Defoe 1815: vol. 2, p. 262).

novamente (Watt 1997: p. 153). Saiu da prisão por interferência do ministro conservador Robert Harley e tornou-se uma espécie de agente secreto do governo inglês (Crowley 1983: p. I e Watt 1997: p. 153). Defoe foi um panfletista político, tendo escrito pelo menos 400 tratados, panfletos e livros (Baylin 2003: p. 29). Posicionou-se a favor de Sir Robert Walpole, que foi uma espécie de primeiro-ministro na Inglaterra entre 1722 e 1742, em relação ao qual se cunhou a expressão “robinocracia”, criada por Bolingbroke para designar uma “forma de governo na qual o primeiro ministro mantinha a fachada de procedimentos constitucionais enquanto de fato monopolizava o conjunto do poder governamental” (Baylin 2003: p. 63): *robinarca*, segundo Bolingbroke, seria um ministro que, na realidade, ““é um soberano, tão despótico e arbitrário quanto esta parte do mundo comporta”” (Bolingbroke. Apud. Baylin 2003: p. 64). O romance de Defoe foi escrito depois da sucessão de acontecimentos perturbadores em sua vida e antes da ascensão de Walpole. Robinson, o protagonista do romance, com efeito, está acima dos percalços, mas bem afinado com o que viria mais tarde a denominar-se “robinocracia”.

Quando solitário na ilha, fora da sociedade *civilizada* e, de resto humana, Robinson pensa sobre o poder: “Logo a admiração se apoderou dos meus sentidos: suspendeu por algum tempo os seus pungentes pesares, pare-me fazer gozar secretamente do prazer de ver que tudo o que dali descobrira era meu, que eu era Senhor e Rei absoluto desta região, que tinha o direito de posseção dela e que, se tivesse herdeiros, poderia transmiti-la tão incontestavelmente como na Inglaterra se transmite um feudo” (Defoe 1815: vol. 1, p. 205). Mais adiante, diz Robinson: “Era eu o Rei e o Senhor de toda a Ilha, Senhor absoluto de todos os meus vassallos; tinha no meu poder a sua vida e morte. Podia enforcá-los, esquartejá-los, privá-los da sua liberdade e restituí-la. Nos meus Estados não havia rebeldes. Jantava como um rei, à vista de toda a Corte; o meu papagaio, como se fosse o meu privado, era o único que tinha a liberdade de falar. O meu cão, que então estava já velho e impertinente, que não achava animais da sua espécie para a multiplicar, estava sempre sentado à minha direita. Os meus dois gatos estavam cada um em uma extremidade da mesa, esperando que, por especial favor, lhes desse alguns pedaços de carne” (Defoe 1815: vol. 2, p. 16). Essa perspectiva de poder da personagem, somada à sua trajetória no romance, marcada primeiramente por uma experiência colonial individual e, depois, por uma verdadeira expedição colonial pan-européia, remete à perspectiva dos príncipes e dos países europeus que lideraram a expansão marítima e que, obviamente, esquecendo-se dos aborígenes que as

habitavam, não tiveram o menor escrúpulo de tomar-se como senhor das terras que “descobriam”. Por mais que a alteridade seja reconhecida (e o é, de fato, mas não de forma a anular a necessidade da colonização europeia), o mundo extra-europeu é tratado como espaço a ser dominado, dentro do qual não deveria haver rebeldes em relação aos europeus colonizadores, os quais seriam um misto de senhores feudais e reis. O que prevalece, de fato, parece ser a idéia de uma monarquia, como se evidencia no convite que o sobrinho de Robinson lhe faz para retornar à Ilha, aproveitando sua ordem para visitar o Brasil: “Como pois, Senhor (me disse elle, [o sobrinho]) seria tão má esta proposição? He muito natural, ao que me parece, que desejeis tornar a ver os vossos pequenos Estados, onde reinastes em outro tempo com mais felicidade, do que gozão vossos irmãos os outros monarcas” (Defoe 1815: vol. 3, p. 18).

Em seu retorno à Ilha, que se anarquizara tempos depois de sua partida, com efeito, Robinson, em “vinte e cinco dias estabelece a ordem, pune os culpados, organiza a divisão do trabalho, reparte as terras [...], censura os costumes, converte os pagãos e reconduz à velha fé os cristãos afastados – em suma, concentra nas mãos as funções do juiz, do ministro, do médico, do padre e da polícia, não contando, é óbvio, com a de chefe supremo do exército [...] O poder era o seu objetivo, atingiu-o, tão absolutamente que possui verdadeiramente do que se gabar” (Robert 1979: p. 93-94). Robinson, tempos depois, já na Rússia, em conversa com “o Príncipe... que fora hum dos Ministros do Estado de Sua Magestade Cesarina, ouvi-lhe contar as coisas mais maravilhosas da grandeza e da magnificencia, do dilatado domínio, e poder absoluto do seu senhor o Imperador”, fez o seguinte:

Eu o interrompi para lhe dizer, que eu me tinha já visto feito Monarca mais absoluto que o Cesar de Moscovia, ainda que os meus vassallos não fossem tão numerosos, nem o meu Império tão vasto inteiramente como o deste Imperador. Este discurso causou muita admiração ao Príncipe Russiano, que, olhando para mim, com huma attenção extraordinária, me suplicou muito seriamente que lhe dissesse, se havia alguma realidade no que lhe acabara de dizer com tanta circunspeção [...] e então lhe disse que tinha tido poder de dispor vassallos, e que não obstante o meu despotismo, não tinha havido ninguem em todos os meus Estados de quem não fosse amado com huma ternura filial (Defoe 1815: vol. 4, p. 240).

Defoe elege como de um de seus temas a monarquia absoluta e cita o czar da Rússia como exemplo máximo de despotismo; do mesmo modo que o grande filósofo francês, em sua sociedade utópica concebe a existência de um soberano, que concentra o poder; contudo, convém sublinhar as diferenças de enfoque: Robinson vangloria-se

por ser o déspota, ainda mais poderoso que um czar, embora amado por seus vassalos. Portanto, *Robinson Crusoe* tematiza e projeta, nos confins da América, estruturas políticas da Europa: Robinson vem a reproduzi-las, casando-as com o empreendimento colonial, tornando-se ora um senhor feudal, ora um soberano absoluto (sobretudo depois, já na “realidade”, chefe de uma nova colônia), mas, em qualquer uma dessas formas, um indivíduo livre do jugo político de outrem e detentor de um poder supremo dentro dos seus domínios. Considerando que Robinson é uma espécie de alter-ego de Defoe, é interessante perceber a distância que separa a personagem, com poder tão absoluto, do Defoe, o autor, pessoa cujas ambições econômicas e políticas tinham sofrido reveses à época da produção do romance e de suas duas seqüências.

Conclusões

Robinson Crusoe mostra como a prosa de ficção, nos inícios do século XVIII, constituiu um instrumento de construção de uma percepção crítica e de intervenção num devir histórico marcado por profundas transformações econômicas, políticas e culturais. *Robinson Crusoe*, pouco crítico em relação ao mundo europeu, embora questione sua posição de juiz do universo, realiza uma defesa do individualismo econômico, de uma ética puritana (afinal, traz um protagonista que, pecador consciente mas regenerado e que dignifica o trabalho, se vê contemplado por Deus, que lhe concede benefícios materiais e espirituais, expressando por meio dos mesmos sua benção) e de um neo-colonialismo, juntando de modo curioso fé, trabalho e expansão, numa perspectiva claramente capitalista. O romance de Defoe, de modo sutil, expressa uma oposição à religião católica e à Inquisição. A mesma obra, ademais, escrita numa Inglaterra posterior à Revolução Gloriosa e anterior aos tempos da robinocracia, projeta a realização do poder absoluto para fora da Europa: Robinson regozija-se por exercer um poder despótico na ilha, ainda que amado por seus súditos.

Portanto, em *Robinson Crusoe* evidencia-se uma dimensão propositiva: menos do que demolir um mundo, quer construir uma utopia que não está distante da realidade vivida, mas, pelo contrário, encontra-se em sintonia com tendências nela existentes, parecendo impulsioná-las. Defoe faz uma apologia da acumulação de capital, seja via desenvolvimento do comércio, seja via atividades produtivas, mas, nas duas possibilidades, gerando uma reprodução ampliada e expandindo a Europa pelo mundo extra-europeu.

O romance consagra importância ao papel dos sentidos para apreensão do mundo, um distanciamento face aos valores aristocráticos, uma valorização das ciências naturais e do conhecimento técnico, uma defesa do trabalho (inclusive mecânico) como base para a ereção de um novo mundo e, por fim, um questionamento das convenções e verdades da Europa por meio do contato com os outros continentes. Manifesta um compromisso com o devir, trazendo ao leitor uma reflexão, em proveito da razão. Contém utopias: os mundos ficcionais construídos trazem uma proposta de como a realidade deveria ser, de quais elementos precisariam ser reforçados ou abolidos no devir histórico. As viagens a que tal romance conduz os leitores, enfim, compreendiam não apenas deslocamentos para outros espaços, mas rumavam para o devir histórico, tendo como propósito dirigir a história para um determinado curso, que, em alguma medida, chocava-se com a sociedade estamental do Antigo Regime.

Fontes impressas:

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino, áulico, anatômico, architetonico* [...]. Lisboa: Oficina de Paschoal Silva, 1716.

[DEFOE, Daniel]. *Vida, e aventuras admiraveis de Robinson Crusoe, que contem a sua tornada à sua Ilha, as suas novas viagens, e as suas reflexões*. Trad. Henrique Leitão de Souza Mascarenhas. Lisboa: Impressão de Alcobia/ Oficina de Joaquim Thomaz de Aquino Bulhões, 1815, 4 vol.

DEFOE, Daniel *Robinson Crusoe*. Oxford: Oxford University Press, 1983.

MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MONTESQUIEU. *Cartas Persas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.

RAYNAL, G. T. *Histoire Philosophique et Politique des Établissements et du Commerce des Européens dans les Deux Indes... Nouvelle Édition, corrigée et augmentée d'après les manuscrits autographes de l'auteur... par M. Peuchet*. Paris, Amable Costes et C.^{ie}, 1820, tom.5.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Bibliografia:

ABREU, Márcia. *Caminhos dos Livros*. Campinas: Mercado de Letras/ ALB; São Paulo: Fapesp, 2003.

ABREU, Márcia. Da maneira correta de ler: leituras das Belas Letras no Brasil Colonial. In: Idem. (Org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras/ ALB; São Paulo: FAPESP, 1999, p. 213-233.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ARIÈS, Philippe. "Por uma História da Vida Privada". In: Idem & CHARTIER, Roger. *História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes*, Trad. Hildegard Feist, 3ª imp., São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 13-23.

BAYLIN, Bernard. As origens ideológicas da Revolução Americana. Bauru, Edusc, 2003.

CROWLEY, J. Donald. Introduction. In: DEFOE, Daniel. *Robinson Crusoe*. Oxford: Oxford University Press, 1983, p. VII-XXII.

DUCHET, Michèle. *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières*. Paris: Albin Michel, 1995.

- GAY, Peter. *The Enlightenment: an interpretation. The science of freedom*. New York: W. W. Norton & Company, 1996.
- HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa de 1640*. 2 ed. Lisboa: Presença, 1981.
- LAJOLO, Marisa. *Como e por que ler o Romance Brasileiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve História de Portugal*. 5ª ed. Lisboa: Presença, 2003.
- MARTINS, João Paulo. História e romance: a idéia de história em *As Aventuras de Têlemaco* e as relações entre o texto histórico e a prosa ficcional na passagem dos séculos XVII e XVIII. *I Seminário Sobre o Livro e a história editorial*. Rio de Janeiro: UFF/ Casa de Rui Barbosa, 2004 (www.iel.unicamp.br/memoria/caminhos/estudos/ensaios).
- MAY, Georges. *Le dilemme du Roman au XVIII^e siècle*. Presses Universitaire de France, 1963.
- MORETTI, Franco. *Atlas do romance europeu, 1800-1900*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MUNCK, Thomas. *The Enlightenment: a comparative social history (1721-1794)*. London: Arnold; New York: Oxford University Press, 2000.
- OUTRAM, Dorinda. *The Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- ROBERT, Marthe. *Romances das origens e origens do romance*. Lisboa: Via Editora, 1979.
- SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 1978.
- SOUZA, Simone Cristina Mendonça de. *Romances nos prelos da Imprensa Régia do Rio de Janeiro - 1808-1822: um estudo das primeiras publicações em prosa de ficção no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2004 [Exame de Qualificação].
- TIEJE, Arthur J. The expressed aim of the long prose fiction from 1579 to 1740. *Journal of the English and German Philology*, (11): 402-432, July 1912.
- VASCONCELOS, Sandra G. T. *A formação do romance inglês: ensaios teóricos*. [Tese de Livre-Docência]. São Paulo: FFLCH, 2000, vol. 1.
- VASCONCELOS, Sandra. A formação do Romance Brasileiro: 1808-1860 (vertentes inglesas) – www.iel.unicamp.br/memoria/caminhos/ensaios, 2003.
- VIGUERIE, Jean de. *Histoire et dictionnaire du temps des Lumières (1715-1789)*. Paris: Robert Laffont, 1995.
- VILLALTA, Luiz Carlos. Censura e “romances”: notas sobre as proibições, a circulação e a posse dos livros de prosa de ficção na América Portuguesa (1768-1821). In: ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*, Campinas: Mercado de Letras/ ALB; São Paulo: FAPESP, 2005, pp. 161-182.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *Relatório de Estágio Pós-Doutoral – Bolsa CAPES – Janeiro-Fevereiro de 2005* (Projeto: Leitura, Circulação e Posse de Livros na América Portuguesa - 1750-1808). Belo Horizonte: FAFICH, 2005 [Datiloscrito].
- WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- WATT, Ian. *Mitos do Individualismo moderno: Fausto, Quixote, Dom Juan, Robinson Crusoe*. Trad. de Mário Pontes. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.